

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, ETC.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefone 36 69 12



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ	23 FEV 1980	DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

«Lei das Rendas de Casa» na AR

# Maioria vai propor Lei Quadro da Habitação

Fundação Cuidar o Futuro

Na sequência do debate que se deverá efectuar na próxima terça-feira na Assembleia da República sobre a ratificação da chamada «Lei das Rendas de Casa» do Governo de Mota Pinto, os partidos integrantes da AD deverão votar a não ratificação daquele diploma (o que tem o valor de uma suspensão) mas na condição de, em contrapartida, se criar uma Lei-Quadro da Habitação, medida pela qual pretendem conseguir soluções para os muitos problemas sociais que a matéria em apreço suscita.

Com efeito, apesar de agendada há já algumas sessões, a questão da ratificação da «Lei das Rendas de Casa» deverá ser finalmente apreciada pelo plenário de deputados na sessão parlamentar da próxima terça-feira, tendo o PS, o PCP, o MDP e o PSD já anunciado que votarão pela não ratificação do decreto-lei.

Recorde-se que o pedido de ratificação foi apresentado pela bancada comunista e que o diploma do IV Governo Constitucional prevê substanciais aumentos das rendas de casas antigas e a revisão de uma maneira geral das mesmas de dois em dois anos.

Uma matéria assim do máximo interesse para todo o povo português já que, se



Rui Pena, líder parlamentar centrista

existe a natural preocupação dos inquilinos sobre o aumento das rendas das habitações que ocupam, existe igualmente uma situação de considerável injustiça para alguns senhorios devido às enormes desactualizações de algumas rendas antigas.

Assim, e tal como explicou ao nosso jornal o líder parlamentar centrista Rui Pena, o

«CDS não está interessado em negar por negar» e vai tentar abordar o problema segundo as suas causas mais profundas, tratamento da matéria que passaria pela criação de uma Lei-Quadro da Habitação. Neste sentido, decorrem actualmente conversações entre as diversas bancadas partidárias constituintes da AD para efectivação de um acordo

que permita a apresentação de uma proposta conjunta.

Essa Lei-Quadro da Habitação teria - segundo a proposta do CDS - como pontos principais os seguintes:

- A definição do regime de aquisição própria, mobilizando os recursos financeiros indispensáveis;

- A promoção do embarqueamento dos preços da habitação, definindo as zonas a urbanizar, sem prejuízo das terras mais próprias para a exploração agrícola;

- A efectivação de medidas impeditivas da degradação dos imóveis urbanos e do aproveitamento dos que se encontram desabitados;

- A promoção do financiamento bonificado à construção civil;

- A institucionalização de um novo regime de inquilinato, mais justo para inquilinos e senhorios.

Pretende assim o CDS com este projecto - que certamente vai ser extensivo à AD - que a Assembleia da República não inviabilize um diploma sem promover a substituição do mesmo. Seria ainda o aproveitamento do pretexto de aquela matéria ser discutida no hemisfério de S. Bento para promover a solu-

ção adequada ao problema.

A feitura da Lei Quadro da Habitação poderia ser entregue a uma comissão parlamentar especial, que para o assunto ouviria os principais interessados na matéria, nomeadamente representantes dos inquilinos, dos senhorios e dos construtores civis.

## MAIS DUAS RATIFICAÇÕES

Entretanto, no plenário de ontem, o Parlamento aprovou, por unanimidade, a ratificação de dois decretos-lei do Governo Mota Pinto e que haviam sido pedidos pelo PS. Os diplomas em questão, que se referem à reestruturação das secretarias judiciais e às carreiras dos funcionários da Justiça e à concessão de passaportes diplomáticos, baixaram já às respectivas comissões parlamentares para apreciação na especialidade e introdução das propostas de emenda já apresentadas.

Em ambos os diplomas todas as bancadas partidárias estiveram de acordo em que aqueles não são completamente correctos, tendo-se contudo gerado um pequeno confronto entre o PS e o PSD, defendendo o último que os

passaportes diplomáticos deviam ser extensivos aos deputados, contrariamente à opinião dos primeiros.

No período de antes da ordem do dia, foi aprovado um voto de pesar pela passagem do segundo aniversário da morte do escritor Vitorino Nemésio (uma iniciativa da deputada social-democrata Natália Correia), e Pestana de Vasconcelos, do CDS, criticou a actual greve dos controladores aéreos. Também esta última intervenção provocou algum debate no plenário, com intervenções de Veiga de Oliveira, do PC, e de Mário Tomé, da UDP, acerca dos motivos políticos da referida greve.

Finalmente, foi igualmente ontem eleita a comissão parlamentar de apreciação aos actos do Ministério da Agricultura e Pescas, que ficou constituída por:

Efectivos - José Henrique Cardoso (PSD), Pinto Ganhão (PSD), Armando Lopes (PS), Afonso Henrique Machado Vilhena (PC) e Narana Sinal Colissoró (CDS). Suplentes - Mário Dias Lopes (PSD), Carlos Candai (PS), Joaquim António Miranda da Silva (PC) e Lourenço António Gorjão de Almeida e Silva (CDS).